



Diário da Sessão n.º 018 de 12/05/05

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 26/2000/A, de 10 de Agosto, que criou o SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional que instituiu o SIDER foi aprovado nesta Assembleia em Junho de 2000 e publicado em Agosto desse mesmo ano.

Era então o Partido Socialista minoritário nesta Assembleia, mas houve um consenso suficiente das diversas forças partidárias para aprovar este decreto.

Este Decreto Legislativo Regional está na base da aprovação, nestes anos, de 531 milhões de euros de projectos aprovados tanto a nível nacional como a nível regional.

Foi um estudo muito atento aos Sistemas de Incentivos Nacionais, um bom diálogo com o Governo da República de então que instituiu o III Quadro Comunitário de Apoio e o Programa Operacional de Economia, que permitiu à Região aproveitar muito bem os sistemas de incentivos, não só nacionais como também regionais.

Basta só dizer que no PRIME, que é a modificação do Programa Operacional de Economia, estão aprovados 468 milhões de euros de projectos na Região Autónoma dos Açores. Alguns deles já estão aprovados a nível do SIDEP, que é um subsistema do SIDER, com 237 milhões de euros, no âmbito do SIDER estão aprovados 40 milhões de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

euros e no âmbito do SIDET 23 milhões de euros. Ao todo, este sistema de incentivos, como disse, é responsável por um impulso muito grande na nossa economia, principalmente na iniciativa privada.

Passados que são estes anos, nós temos notado, apesar de termos feito algumas pequenas modificações nos decretos regulamentares que instituíram o SIDEPA, o SIDET e o SIDEL, que era necessário também fazer algumas pequenas modificações ao SIDER, ao Decreto Legislativo Regional, para permitir que certos projectos que até agora não podem ser apoiados pudessem sê-lo.

Nós estamos plenamente convencidos que a existência do SIDER é curta, porque o III Quadro Comunitário de Apoio termina a 31 de Dezembro de 2006 e no final deste ano, quando tivermos melhor conhecimento do que vai acontecer a nível de fundos estruturais e também das negociações do Governo da República com a comunidade e das orientações que o Governo da República der aos Sistemas de Incentivos Nacionais, começaremos, certamente, a planear os nossos sistemas de incentivos. Provavelmente o SIDER terá outro nome em 2007, haverá uma outra filosofia, mas até lá, até 31 de Dezembro de 2006, esta é que é a filosofia, e é importante que haja previsibilidade das nossas acções e estabilidade nos nossos sistemas de incentivos.

O que nós estamos a propor são pequenas alterações ao SIDER. Basicamente algumas são relativas à animação turística. A inserção do Grupo 6-2-2, transportes aéreos não regulares, é uma falha que achamos que temos no nosso sistema de incentivos; os táxis aéreos podem ser aprovados nos nossos sistemas de incentivos, como o aluguer de chips, o aluguer de bicicletas, de barcos, de iates, enfim, é uma falha importante e nós achamos que determinados projectos que têm muito interesse para a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

animação turística, neste momento, não podem ter acesso ao nosso sistema de incentivos.

Para além disso achamos que há áreas, na área da saúde – principalmente turismo sénior, cuidados à terceira idade, cuidados de serviços prestados à infância – que também podem ser apoiadas e projectos desta área, da iniciativa privada, no nosso entender, são importantes serem apoiados.

Para isso nós propomos também uma alteração à regulamentação do Decreto Legislativo Regional SIDER, principalmente na área dos projectos da tipologia B do SIDEPA, para que possa ser adequada a esses diversos projectos.

Basicamente são essas duas modificações que consideramos importantes. Tudo o resto mantém a mesma filosofia, a mesma separação dos diferentes subsistemas, do SIDA, do SIDA e do SIDEPA.

Há uma abertura para outras actividades que nós consideramos relevantes.

Todos nós sabemos que cada vez mais a população ganha esperança de vida. Há mais idosos na nossa população. É também importante que a actividade privada funcione nesta área da saúde, do apoio aos idosos, seja em Lares de Idosos, seja em residências assistidas e também é importante que as nossas crianças possam ter creches da iniciativa privada.

São duas áreas que nós consideramos importantes. Há muito interesse por parte dos privados nessas duas áreas. Na área da animação turística nós estamos a permitir que determinados projectos de grande interesse, de grande relevância, possam também ser apoiados permitindo qualificar mais a nossa oferta turística.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.



Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância deste diploma é desnecessária realçar, porque todos nós sabemos que é essencial criar instrumentos que permitam, por um lado, dinamizar, fortalecer e modernizar o nosso tecido económico regional e, por outro lado também, promover a criação de emprego.

Mas se por um lado é importante a sua existência, não menos importante é a sua forma, conteúdo e aplicação. Aqui, sim, necessariamente, terá que existir clareza de conceitos e objectividade nos critérios.

Esta proposta de alteração aponta como vectores base, segundo o seu preâmbulo, a experiência colhida com a execução do programa, a necessidade de inclusão não só de actividades estratégicas para o desenvolvimento económico e social, como também operar algumas reformas, incluindo medidas de discriminação positiva, visando o reforço da coesão territorial. É caso para se perguntar, em que ilhas, que medidas, que modelação, sob que critérios?

Esta proposta de alteração apenas e só alarga o leque de abrangência de algumas actividades económicas e inclui no seu objecto um conceito de coesão territorial abstracto que não é concretizado, continuando assim este diploma a padecer de imensas lacunas.

É um diploma que, uma vez revisto, deveria ser muito mais ambicioso e ter a coragem de apontar as verdadeiras prioridades a nível dos sectores estratégicos para o desenvolvimento regional, bem como as respectivas modelações.

Neste sentido, as preocupações expressadas no debate, no ano 2000, aquando da criação deste diploma, pelo Grupo Parlamentar do PSD, continuam bastante actuais e não é esta revisão que vem contribuir para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

uma visão objectiva do que é que se pretende no âmbito dos apoios às actividades económicas e como o próprio preâmbulo ressalva, e passo a ler, “abranger um conjunto de intervenções com carácter inovador, quer nas actividades que abrange, quer nos instrumentos que utiliza, privilegiando os sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional”.

Nada é claro, nada é concretizado, remetendo tudo para os decretos regulamentares.

O voto de confiança que o Grupo Parlamentar do PSD deu no passado, no sentido de que os regulamentos pudessem ir de encontro ao espírito subjacente a qualquer sistema de incentivos, um sistema que servisse os empresários, um sistema que dinamizasse o tecido económico regional, empunha que o diploma apresentasse melhoramentos substanciais devido à experiência que tiveram nestes últimos 4 anos.

Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do PSD vai abster-se, pois não podemos voltar a atribuir um cheque em branco ao Governo Regional para regulamentar da forma que bem entender, com critérios pouco claros e criação de falsas expectativas aos empresários.

Um diploma tão importante como este é determinante para o modelo de desenvolvimento da Região, por isso esse cheque em branco não o terá!

Como é possível compreender – uma outra questão também subjacente a este diploma – que um critério tão importante e que tem sido tão falado e anunciado como o Fundo de Coesão, não apresente nesta proposta de alteração um único eco?

Apresenta duas palavrinhas: coesão territorial. Nada mais!

Continuamos sem perceber o que é verdadeiramente importante (os conceitos, as prioridades, os critérios de modelação), enquanto que, por outro lado, desde a sua criação define com bastante clareza as despesas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

elegíveis e as despesas não elegíveis, o que poderá levar a pensar se alguma vez existiram essas prioridades e se existem neste momento.

É sem dúvida alguma a governamentalização de uma questão que devia ser legislativa, desvirtuando as responsabilidades da Assembleia, como órgão fiscalizador, com a aprovação de um diploma genérico, vazio de conteúdo, que remete tudo para regulamento.

Os senhores querem isso?!

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos para almoço e regressamos às 14 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta interrupção de uma hora que fizemos, penso que talvez seja oportuno reiterar um pouco aquilo que a minha colega Carla Bretão referiu antes desta interrupção.

Efectivamente pensamos que o cheque em branco que por parte desta bancada foi dado em 2000, quanto a nós, não teve a utilização mais razoável. Daí que julguemos que a confiança que depositámos nessa altura,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

em nosso entender, não terá sido bem aproveitada, nem tão pouco terá sido bem aproveitada a experiência que poderia ter sido recolhida ao longo destes 4 anos e que seguramente se constituiria como uma possibilidade de melhorar aquilo que na altura foi feito. Depois de uma experiência de 4 anos, certamente que há inúmeras situações que poderiam ter sido repensadas e substancialmente melhoradas.

Desta forma entendemos que não deve subsistir esta mesma confiança que foi dada há 5 anos atrás ao diploma original sob pena de, dessa forma, estarmos a contribuir um pouco para a desvalorização do papel desta Assembleia.

Dar um novo acordo a este mar de puras generalidades, que é este Decreto Legislativo Regional, sem rumo e sem alma, porque no fundo o que verdadeiramente interessa está em “n” decretos regulamentares regionais, não só não nos satisfaz, como também julgamos que não é isso que quem nos elegeu a todos nós pretende da nossa parte.

Nesse sentido pensamos que provavelmente o Governo Regional vai continuar satisfeito, vai continuar a poder trabalhar a seu belo prazer, sem a necessidade de dar as necessárias contas (diria eu, sem a necessidade de dar essas contas a ninguém), mantendo o autismo de que tanto gosta e impõe a essa bancada.

No fundo, aquilo que gostaria de dizer é que se o PS está disposto a fazer esse “papel de embrulho”, se se conforma com situações deste tipo, se isto vos conforta, se isto vos é suficiente, não é dessa forma que nós entendemos a nossa actuação a nível desta casa.

Para nós, o papel desta Assembleia deve ser muito mais consistente; o papel desta Assembleia deve ser substancialmente mais sério.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Por esse motivo e porque pretendemos justamente essa seriedade, porque pretendemos imprimi-la é que vamos votar este diploma da forma como foi apresentado pela minha colega.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O SIDER tem sido um dos instrumentos mais eficazes para se atingir os objectivos da política económica a nível regional.

Tal tem acontecido com o apoio ao investimento em sectores considerados para o desenvolvimento estratégico da Região.

Na sequência da experiência colhida com a execução do SIDER, o Governo Regional vem agora alargar o seu âmbito de aplicação de modo a incluir um conjunto de actividades já aqui mencionadas pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico e social da Região, nomeadamente as áreas da animação turística, turismo de saúde e prestação de serviços à infância e aos idosos, para além de prever medidas de discriminação positiva que visam o reforço da coesão territorial.

Atendendo à pertinência de dinamizar o investimento privado nessas novas áreas de apoio e à importância da introdução de medidas para reforçar a coesão territorial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta de alteração por considerar que a mesma vem de encontro aos objectivos estabelecidos no Programa do IX Governo Regional dos Açores.

Obrigada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu diria que a Proposta de Decreto Legislativo Regional, que estamos agora discutindo, é uma proposta que promete uma ambição que o articulado não concretiza, porque esta proposta não exhibe, não espelha, não traduz nada de concreto e palpável quanto às opções do Governo Regional em matéria de incentivos ao desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Esta é a questão central nesta discussão.

V. Exa., enquanto Secretário Regional da Economia, tem não só a obrigação, mas o dever de explicar a esta câmara quais são as opções do Governo Regional dos Açores em matéria de incentivos ao desenvolvimento regional e, sobretudo, Sr. Secretário Regional da Economia, tem V. Exa. essa obrigação porquanto o Governo Regional fez questão, talvez num excesso de zelo, de inscrevê-la no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

E para que não restem dúvidas, eu vou ler o que o Governo Regional escreveu no preâmbulo (não vou ler tudo para não maçar a câmara):

“Torna-se desejável incluir diversas actividades estratégicas para o desenvolvimento económico-social e incluir medidas de discriminação positiva visando o reforço da coesão territorial.”

Quando eu digo que o Governo promete muito, ambiciona muito e concretiza pouco, nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional eu não vejo nenhuma medida de discriminação positiva visando o reforço da coesão territorial.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A pergunta que se coloca ao Governo Regional e que V. Exa. deve responder nesta câmara e no âmbito desta discussão é esta: onde estão essas medidas? Se não estão neste diploma por que é que não estão?

Do que é que o Governo Regional tem medo quando esconde à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as medidas de discriminação positiva que pretende alcançar com este diploma?

O Governo sonega a esta câmara as medidas de discriminação positiva, porque se vai refugiar na confiança e no silêncio do Decreto Regulamentar Regional que ele próprio pode exarar. Isto é, o Governo Regional não quer fazer nesta câmara o debate essencial sobre os sistemas de incentivos para os Açores. Quer trazer aqui um Decreto Legislativo Regional que eu diria de linha branca, susceptível até de recolher um apoio abrangente nesta câmara, elencando apenas novas áreas que são até consensuais, mas não traz uma única concretização das opções estratégicas de desenvolvimento para os Açores, não traz uma única opção de orientação da política de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores.

A pergunta, Sr. Secretário Regional da Economia é esta: por que é que o Governo opta por esta atitude? Por que é que o Governo não opta por fazer nesta câmara um debate, sim, com os Deputados sobre as suas opções? De que é que o Governo Regional tem medo?

Não tem razões para ter medo. Tem uma maioria confortável nesta câmara que certamente seguirá as opções do Governo nesta matéria.

Agora, é estranho, não é razoável, não é politicamente recomendável e sobretudo não é transparente que o Governo não comece o debate sobre esta alteração a um Decreto Legislativo Regional fazendo precisamente uma afirmação sobre as suas opções nesta câmara e mais do que isso traduzindo essa opção numa Proposta de Decreto Legislativo Regional,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

sobretudo quando, no mesmo preâmbulo, o Governo Regional, que subscreve esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, diz que recolhe os ensinamentos da experiência.

A pergunta é esta: onde é que estão traduzidos os ensinamentos da experiência, a não ser no alargamento a novas áreas? E o resto, Sr. Secretário Regional?

Renovo a pergunta: onde está o resto? De que tem medo o Governo Regional?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria de uma forma muito simples responder simultaneamente ao Sr. Deputado António Marinho e ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

O êxito deste Decreto Legislativo Regional está à vista de todos.

No II Quadro Comunitário de Apoio, os diversos sistemas de incentivos conseguiram abranger 79 milhões de euros de investimento. Já estamos acima de 500 milhões neste sistema de incentivos. Simples como a água!

Os factos são factos! Os números estão aí à vista de todos.

Este sistema de incentivos foi feito ao seu tempo, negociado ao seu tempo, com diversas forças sociais, com as câmaras de comércio, com as associações empresariais. Foi discutido neste plenário e foi desenvolvido com esta filosofia.

Os sistemas de incentivos devem ter estabilidade e previsibilidade.

Também, ao anunciar este sistema de incentivos, disse que este sistema de incentivos que nós vamos agora reformular, tem o seu tempo de vida curto,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

ou seja, no final de 2006 certamente iremos discutir neste plenário um novo sistema de incentivos para vigorar a partir de 2007.

Nós estamos aqui a falar de uma pequena reforma que vai vigorar durante um ano e meio.

No fundo, pretende-se abrir novas áreas que estejam disponíveis para o investimento privado.

No que diz respeito à coesão, nós também tínhamos os nossos sistemas de incentivos, através dos Decretos Regulamentares, porque são eles que especificam o que é que se pretende, em cada caso concreto, apoiar mais intensamente (não faz sentido que num decreto legislativo regional se esteja a definir a percentagem, se é 40%, se é 45% a fundo perdido, se é uma parte do empréstimo reembolsável) caso a caso, ilha a ilha e o Decreto Regulamentar é que justifica isso.

Um decreto legislativo é um decreto “mãe”. Não deve ser alterado todas as semanas ou todos os meses.

É ao decreto regulamentar que compete discutir os pequenos detalhes que são importantes.

Nós, nos sistemas de incentivos, nos decretos regulamentares temos medidas para apoiar conceitos que estão mais desprotegidos, mais longe dos centros urbanos.

Não é por acaso, por exemplo, que ilhas de pequena dimensão tenham tido um conjunto muito vasto de incentivos. Por exemplo, Santa Maria, é uma ilha com uma população de cerca de 5 mil habitantes e tem tido, no âmbito do SIDEL, um conjunto vasto de incentivos aprovados. Porquê? Porque há uma discriminação positiva já existente no Decreto Regulamentar que apoia Santa Maria e que foi alterado. Estava adstrito à Comissão Local. As comissões locais não funcionavam bem e nós tivemos que regulamentar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

aquilo que é da Comissão Local e que poderá eventualmente ser alterado com a experiência do dia-a-dia.

Não compete, no decreto legislativo regional, estar a definir percentagens, intensidades de apoio para uma determinada ilha, para um determinado concelho.

O espírito geral é este: nós queremos abrir novas áreas, queremos manter a filosofia que temos e vamos procurar nos decretos regulamentares respectivos dar maior intensidade de incentivos às ilhas porventura que necessitem mais.

É isso que vamos fazer e estamos prontos a corrigir se o mercado não reagir de acordo com aquilo que são as nossas expectativas.

Devo repetir aquilo que disse: os sistemas de incentivos que nós aprovámos em 2000 tiveram uma excelente *performance*. Nós sextuplicámos o investimento privado através de uma medida inteligente de apoio a projectos que fossem prioritariamente aprovados em regimes nacionais e apoiados selectivamente a nível regional.

Vamos continuar com essa filosofia, vamos introduzir novas áreas porque achamos que está na altura de serem introduzidas, vamos aperfeiçoar nos decretos regulamentares algumas intensidades para ilhas mais pequenas, mas vamos fazê-lo ouvindo sempre as forças vivas, as associações empresariais e as câmaras de comércio.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Em que termos? Em que condições? Para que ilhas?

O Orador: Os resultados estão à vista. O sucesso também está à vista.
Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser muito rápida, não tão rápida como foi a da parte da manhã, mas o Sr. Secretário Regional já nos habituou que em contraposição àquilo que dizemos, responde sempre com quantidade, isto é, é sempre e normalmente a mesma frase: “os resultados estão à vista”.

Tudo depende dos óculos, Sr. Secretário!

Não é tanto a quantidade que nos interessa (pode-nos interessar também a quantidade) mas acima de tudo a qualidade do investimento que se faz nesta Região.

Termos inúmeros projectos aprovados nesta ou naquela ilha, pode ter sido uma boa opção, como pode ser uma opção erradíssima.

O que nós desconhecemos e aquilo que gostaríamos de conhecer é a verdadeira estratégia de investimento deste Governo Regional, porque não a conhecemos, Sr. Secretário, através do Decreto Legislativo.

Os pequenos pormenores que o Sr. Secretário fala, umas percentagens que vêm lá para os decretos regulamentares, umas meias tintas que vêm lá, essas são as questões verdadeiramente importante da política de incentivos.

Ter um decreto legislativo que apoia o sector x, y ou z e agora acresce mais um ou dois sectores, dá-nos muito pouca informação sobre a política de apoio ao investimento privado na Região.

É para essas questões que desconhecemos, e aliás já tivemos oportunidade de referir nas três intervenções que fizemos até agora, que o Governo Regional pretende que nós, desta bancada, como os senhores que estão aí nessa bancada, venhamos a dar um novo cheque em branco. Não é isso que nos interessa.

Queremos conhecer verdadeiramente qual é essa estratégia de apoio ao investimento privado e essa, tal como referiu o meu colega Pedro Gomes e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

a minha colega Carla Bretão, os senhores, não diria que têm receio, mas têm perfeitamente claro nas vossas cabeças que não é esse aspecto que querem dar a discutir a esta Assembleia Regional, preferindo manter-se fechados nos vossos gabinetes e decidindo a vosso belo prazer aquilo que pretendem fazer para o futuro. Mas é aqui na Assembleia que estas questões deveriam ser discutidas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção destina-se a complementar as intervenções que me precederam e basicamente a solicitar ao Sr. Secretário Regional da Economia que, por uma vez, não faça derivações e se concentre na questão essencial.

Eu gostaria de dizer uma coisa muito simples:

Para atingir o objectivo que V. Exas. pretendem com esta proposta do SIDER bastava um artigo. Um artigo a dizer o seguinte: “pelo presente diploma institui-se o SIDER, em termos e condições a regulamentar por Decreto Regulamentar Regional”.

É exactamente isto que se pretende. Ou seja, a alegação que o Sr. Secretário Regional acabou de fazer há pouco para justificar a remissão sistemática para Decreto Regulamentar Regional não colhe juridicamente, nem colhe politicamente e eu vou já explicar porquê.

Além disso, entra em flagrante contradição com a estratégia, a lógica e a técnica jurídica que o próprio Governo Regional ainda ontem utilizou a propósito de um outro diploma designadamente no âmbito do financiamento do desporto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Na verdade, esta proposta do SIDER, se autorizações legislativas da Assembleia Legislativa para o Governo Regional houvesse, significaria basicamente um pedido de autorização legislativa vazio, sem conteúdo e sem indicar o sentido das alterações.

Deputado António Marinho (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É verdadeiramente, insisto, um cheque em branco. Ora, por princípio ninguém deve assinar cheques em branco, muito menos quando não temos a certeza da fiabilidade dos beneficiários desse cheque.

Sr. Secretário Regional da Economia, este debate levanta ainda uma questão particularmente pertinente. É que esta proposta de alteração ao SIDER, surge ainda na sequência de anúncios relativamente claros sobre o sentido das alterações a introduzir à política de incentivos que, como V. Exa. bem sabe, são muito polémicas, são matérias complexas e naturalmente importantes.

Remeter essas questões para Decreto Regulamentar Regional é mais uma vez lateralizar e não ir a jogo, em termos de democracia parlamentar.

Insisto: não faz sentido nenhum, designadamente em matéria de turismo, como ainda há pouco discutimos nesta Assembleia, avançar com a apologia da hotelaria de 5 estrelas, introduzir o princípio travão na hotelaria de 3 e 4 estrelas por referência a agrupamentos de ilhas mais do que discutíveis, sem uma fundamentação clara e consistente e sem vir a esta câmara explicar precisamente isto e o porquê dessas opções.

O problema desta proposta de alteração do SIDER não tem a ver, ao contrário do que o Sr. Secretário Regional disse, com o êxito ou inêxito prático dos subsistemas que lhe estão subjacentes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O problema da proposta e deste sistema é que ele não revela opções estratégicas para a política de incentivos. Não revela rigorosamente nada, permita-me que lhe diga Sr. Secretário Regional. Não revela sequer a natureza dos incentivos, até isso remetendo para decreto regulamentar regional.

Não contém limites mínimos, nem máximos, em termos de incentivos. Não revela sequer as garantias a prestar, porque também nesse domínio remete para decreto regulamentar regional. Curiosamente, aliás, remete ainda a seguir para os contratos de concessão dos incentivos – é a técnica da dupla remissão.

Não revela sequer tipologias prioritárias de investimento.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Ora, se um sistema de incentivos é (e é!) um instrumento privilegiado da acção política então, no mínimo, ele tem que revelar o que é que o Governo pretende, onde pretende intervir, como pretende orientar o investimento, como pretende modelar a oferta nos vários sectores considerados, seja o turístico ou outro.

Especificamente no campo da actividade turística, e porque essa questão foi particularmente polémica, eu próprio fiz uma intervenção nesta Assembleia em que teci algumas críticas sobre as novas opções de fomento do investimento privado, mas apresentei também propostas alternativas e com toda a franqueza, Sr. Secretário Regional, não fui contraditado na altura, mas também não obtive explicações.

Fico com a esperança de que V. Exa. possa aproveitar esta oportunidade para, no mínimo, levantar o véu sobre as opções estratégicas que estão subjacentes, não à proposta, porque esta proposta não contempla opções



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

nenhumas, mas às intenções do Governo Regional reveladas através de declarações públicas de V. Exa. e do Sr. Presidente do Governo Regional.

Muito obrigado.

Deputados António Marinho e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ser claros neste processo.

Existe um Decreto Legislativo Regional designado por SIDER que foi aprovado nesta Assembleia quando o Governo Regional estava apoiado pelo Partido Socialista e que nessa altura era minoritário.

Em face desse Decreto Legislativo Regional que foi aprovado por esta Assembleia, por todos os partidos, nós elaborámos três Decretos Regulamentares que eram consequência deste Decreto Legislativo Regional. Alterámos esses decretos regulamentares várias vezes de acordo com aquilo que fomos dialogando com as associações empresariais.

O sucesso está à vista pelos números e pelos factos.

A qualidade também está à vista de todos, tanto na área do turismo, como nas iniciativas do comércio e da construção civil.

Nós qualificámos a qualidade, demos prémios para a qualidade. Demos prémios para a promoção do emprego qualificado, demos prémios para as unidades 4 e 5 estrelas, para o turismo em espaço rural e para diversas coisas que nós consideramos essenciais e que foram discutidas pelos diversos empresários e pelas diversas associações empresariais.

No âmbito do Decreto Legislativo Regional nós continuamos a alterar os diversos decretos regulamentares com o tempo, dando sempre estabilidade ao sistema de incentivos.



O que nós estamos aqui a fazer é muito simples. São duas pequenas alterações...

Deputado António Marinho (PSD): Coisa mais simples não existe!

O Orador: Não existe, Sr. Deputado, mas isto foi aprovado democraticamente, numa Assembleia que nós nem tínhamos maioria.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Secretário, isso foi há 5 anos!

O Orador: Sr. Deputado, estou a dizer-lhe e vou repetir mais uma vez:

Um dos critérios mais importantes dos sistemas de incentivos é a estabilidade.

Nós temos uma determinada filosofia que vai ser cumprida até 31 de Dezembro de 2006.

Não faz sentido neste momento pegar no Decreto Legislativo Regional e fazer dele um decreto regulamentar, com todos os pormenores que os senhores acham. Isso é a vossa opinião, mas nós achamos que não.

Nós temos um determinado diploma que vamos fazer pequenas alterações, não vamos mudar a sua filosofia, vamos nos decretos regulamentares alterar significativamente, para determinadas ilhas, alguma intensidade dos apoios, mas anunciámos, dialogámos com as Câmaras de Comércio, com as associações empresariais, com quem achamos que no Decreto Legislativo Regional actual devemos fazê-lo, porque tínhamos prometido fazer isso.

Nós achamos que estamos a actuar de uma forma coerente.

Quando chegar ao final de 2006 vamos apresentar a esta Assembleia novos sistemas de incentivos e os senhores vão ter toda a possibilidade de os discutir, saber se querem um decreto legislativo regional que vai até ao pormenor e até ao detalhe ou não.

Nós achamos que não deve ser. Na altura achámos que não devia ser e esta Assembleia achou que não devia ser.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nós estamos no final do Quadro Comunitário de Apoio. Falta-nos um ano e meio para terminar.

Não é neste momento, não é nesta altura que vamos alterar um conjunto de pressupostos que foram aprovados nesta Assembleia por todos os partidos.

Nós estamos na parte final. Falta-nos um ano e meio.

Devíamos estar mais preocupados com o IV Quadro Comunitário de Apoio, com aquilo que vai ocorrer a nível nacional com os novos sistemas de incentivos e saber como é que a Região Autónoma dos Açores se insere nos novos sistemas de incentivos a nível nacional e como é que aproveita o mais possível os recursos financeiros que vão ser colocados à disposição da Região, tal como fizemos no III Quadro Comunitário de Apoio.

Agora, o que nós estamos aqui a falar é apenas de alterar duas ou três áreas que nós achamos relevantes (a animação turística e a saúde) serem aprovadas antes do fim deste Quadro Comunitário de Apoio. Tão simples como isso.

De resto, a política do Governo Regional foi definida antes das eleições, foi dito exactamente o que nós considerávamos que eram as ilhas que nós queríamos dar maior intensidade e dissemos que não tínhamos ideias feitas sobre esse assunto.

Se determinada ilha, determinada região ou até mesmo determinado concelho não tiver reagido dentro daquilo que nós pensamos que devem reagir os empresários daquele local, nós estamos prontos a modificar e a alterar o que deve ser alterado de acordo com o decorrer dos acontecimentos, mas a filosofia geral é esta.

Há um sistema de incentivos com as CAES, exactamente quais são as CAES que nós queremos na área do turismo, do comércio, da construção civil e nós não estamos a inventar a pólvora.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nós fizemos isso tendo em atenção aquilo que existia a nível nacional e a nível da Madeira no Programa Operacional de Economia

Nós não estamos sozinhos neste processo. Trabalhamos em conjunto a nível nacional e tivemos em atenção aquilo que está sendo registado a nível nacional. Fizemos de acordo com os outros.

Não vamos fazer aquilo que os outros não fizeram.

Deputado António Marinho (PSD): E porque não?!

O Orador: Tomámos uma determinada filosofia e fizemos de acordo com os outros, que também alteram pontualmente isto ou aquilo.

É o Governo que o faz. Porquê? Porque está sempre a par do que está a ocorrer em cada momento.

Há muitos incentivos na área do comércio? Pois temos que baixar um pouco mais o incentivo.

Há muita necessidade de crescer na área do turismo em espaço rural? Devemos dar mais apoio.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Onde vai investir? Nem isso diz!

O Orador: Isso não pode ser feito num Decreto Legislativo Regional que deve ter longevidade. Deve ser alterado uma ou duas vezes durante 7 anos, que é o Quadro Comunitário de Apoio como ficou estabelecido.

Deputado António Marinho (PSD): E a opinião das outras 52 pessoas que aqui estão não conta, é perfeitamente irrelevante!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante a discussão de um diploma e julgo que praticamente tudo está dito da parte da bancada do Governo. Só não está dito o repto que foi feito pelo Deputado António Marinho ou pela Deputada Carla Bretão sobre



o que é que pensa ou não, além do que disse a Deputada Ana Isabel, acerca da posição da bancada do Partido Socialista.

A bancada do Partido Socialista não passa, com este diploma, nenhum cheque em branco ao Governo. A bancada do Partido Socialista apoia a política do Governo a nível dos incentivos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Deputado António Marinho (PSD): E beneficia do cheque!

O Orador: Só estranha que o PSD de hoje não continue a passar o cheque que esta bancada passou no passado.

Por a política de incentivos deste Governo ser boa, é que o PSD hoje põe-se numa posição de “nin”, porque se a política do PS fosse má para os incentivos, os senhores hoje votariam aqui contra e apresentavam as propostas de alteração que entendiam para os sistemas de incentivos.

Daí não veio nenhuma proposta.

Deputado António Marinho (PSD): Ponham aqui os regulamentos!

O Orador: O que há nesta proposta hoje apresentada é uma lei de bases para o sistema de incentivos e essa lei de bases diz quais são as grandes áreas para o sistema de incentivos dos Açores.

Quando o senhor deputado diz que não se diz quais são as áreas, está bem definido o tipo de CAES que é apoiado.

Deputado Alberto Pereira (PSD): E dentro de cada sector o que é que ponho?!

O Orador: Se quiser intervir faça o favor de se inscrever.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: Mas acho que os apartes já estão a ser demais para a resistência de quem está a falar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputado Alberto Pereira (PSD): Deixe essa avaliação para o Sr. Presidente da Assembleia!

O Orador: O diploma que nós estamos a alterar espelha perfeitamente quais são as áreas a apoiar nesta Região.

Hoje, com este diploma, queremos alargar a outras áreas.

Hoje, com este diploma, queremos alargar a coesão a todas as ilhas e é a reflexão do desenvolvimento dos Açores, que queremos de uma forma harmoniosa e integral, que leva a que hoje o PS e esta bancada aprovelem a proposta aqui a apresentar.

É a política do sucesso dos incentivos que é posta em causa pelo PSD.

Se hoje não está de acordo vote contra o desafio que faço aqui.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Economia dizia, em jeito quase de desafio, que a bancada do PSD não estava à espera que o Governo encontrasse a “pólvora” ou achasse de novo a “pólvora”. Eu acho que o problema não é esse Sr. Secretário. O problema é que o Governo está a esconder a “pólvora” deste Parlamento.

Deputado Francisco Coelho (PS): É uma questão de segurança!

O Orador: E vou-lhe dizer porquê, Sr. Secretário.

A intervenção do Sr. Secretário Regional, aliás, do Governo nesta matéria, tornou-me num leitor atento de preâmbulos e vou ler mais um:



Deputado Francisco Coelho (PS): Preambulador!

O Orador: Preambulador é o Governo. O Sr. Deputado Francisco Coelho está a confundir os locais e os autores.

Fundo de Coesão Territorial:

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas isso não está em causa!

O Orador: Foi escrito pelo Governo a que V. Exa. pertence:

“O novo fundo integra assim um conjunto de instrumentos de intervenção pública vocacionados para a promoção da coesão territorial a par de outros em preparação noutros âmbitos normativos, tais como a regulamentação do regime de parcerias público-privadas, a reorientação dos benefícios fiscais ou a majoração dos incentivos às actividades económicas em determinados sectores e em ilhas como o Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria”. Está escrito no preâmbulo da proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Fundo de Coesão.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas não é essa que estamos a discutir!

O Orador: A pergunta que faço ao Sr. Secretário Regional e que V. Exa. não respondeu ainda, é: no âmbito do SIDER, de que natureza vão ser as medidas de discriminação positiva que visam o reforço da coesão territorial nestas ilhas que estão aqui identificadas?

Deputado Nuno Amaral (PS): Leia o preâmbulo!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Amaral, gostaria de ouvir V. Exa. a fazer uma intervenção e não apartes. Eu sei que gosta muito de apartes, mas faça uma intervenção para a câmara ter o prazer de ouvir V. Exa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Os apartes são regimentais, Sr. Deputado!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Deputado Nuno Amaral (PS): É que o senhor não é enfermeiro, mas dá-nos cada injeção!!!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Secretário Regional da Economia:

V. Exa., em nome do Governo Regional, tem a obrigação de elucidar esta câmara sobre esta matéria. São ou não são estas ilhas que constam e que estão identificadas no preâmbulo do Fundo de Coesão, as mesmas ilhas que vão ser alvo de medidas de discriminação positiva e de majoração dos incentivos no âmbito do SIDER?

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Secretário tem que responder.

Se são estas ilhas, em que medida é que essa discriminação positiva e essa majoração vão ser feitas?

Aumentado os benefícios e as majorações já feitas ou, pelo contrário, fazendo um truque contabilístico diminuindo nas ilhas que estão fora da regra da majoração?

O Sr. Secretário tem que responder a estas perguntas nesta câmara.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E terei todo o gosto em responder!

O Orador: Ainda bem! Eu espero que tenho o gosto e que dê a resposta. Não fique só pelo gosto, dê também a resposta.

Deputado António Marinho (PSD): E a resposta vai começar assim: “os números estão à vista!”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Gostaríamos de saber e gostaria a bancada do Partido Social Democrata de saber, Sr. Secretário Regional, concretamente, quais são as medidas de reforço de coesão territorial.

V. Exa. já falou por três vezes e ainda não me disse uma única medida.

Não pode querer que esta câmara aprove uma alteração a um regime de incentivos ao desenvolvimento regional, sem ao menos a câmara saber para onde é que vai o Governo. Vai para um lado ou vai para o outro? Para que lado vai o Governo?

V. Exa. já falou por três vezes e não foi capaz de dizer para onde vai o Governo. Refugiou-se numa circunstância que me permite fazer-lhe uma outra pergunta, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mais uma!

O Orador: Mais uma e espero que tenha resposta.

O Sr. Secretário Regional diz que não faz sentido fazer uma alteração profunda a este regime, porque vamos ter um novo Quadro Comunitário de Apoio.

A pergunta que lhe faço é: em que medida é que estas alterações vão de encontro àquilo que já se conhece do novo Quadro Comunitário de Apoio?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não se conhece tudo!

O Orador: Sr. Secretário, ouça o que eu digo: em que medida é que estas alterações vão de encontro àquilo que já se conhece do novo Quadro Comunitário de Apoio? A pergunta é esta e tem que ter uma resposta.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São várias!

O Orador: São várias e o Sr. Secretário Regional devia ter tomado nota para poder responder a todas. Fico a aguardar a resposta, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.



Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário e o Sr. Deputado José Rego, constantemente, apoiam-se nos números que são apresentados, numa lógica de taxas de execução. Não se preocupam com as prioridades que têm que ser definidas para o nosso desenvolvimento. É tudo abrangido, todas as actividades são abrangidas, não há prioridades, não são apontados vectores de desenvolvimento...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não são?! Eles estão aí!

A Oradora: Onde é que estão?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São as CAES!

A Oradora: As CAES? Pois, realmente nós temos aqui um número de CAES enorme. Até algumas não fazem parte, não sei bem porquê. Põem umas, não põem outras, mas essa é outra questão.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É diferenciação!

A Oradora: Diferenciação?! Acho que não é por aí!

Relativamente aos números e aos critérios pouco claros que são definidos em decreto regulamentar, o senhor faz o que quer, mete todas as actividades no mesmo saco, apresenta critérios de selecção que não se adequam às especificidades de cada actividade, hierarquiza actividades que não têm nada a ver umas com as outras, e por aí fora, esses números aparecem e apoiam-se muito no sucesso dos sistemas de incentivos.

Dou-lhe um caso concreto. Aparecem porquê? Porque há regras que são definidas em decreto regulamentar, os promotores seguem aquelas regras que por vezes são muito dúbias, mas vão numa determinada linha, encaminham-se e apresentam um determinado projecto com uma determinada lógica e depois recebem uma cartinha a dizer: “informamos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

que, face ao número e qualidade das candidaturas apresentadas na presente face e ao limite orçamental que foi definido, o montante máximo de incentivo que será possível atribuir ao projecto apresentado por V. Exa. é "x" equivalente ao investimento "y", por isso pretendemos que reformule o seu projecto para que todas sejam apoiadas".

Isto é alguma coisa?!

Pelo amor de Deus!

Deputado António Marinho (PSD): É a lógica da banda filarmónica!

A Oradora: Este é o sucesso do sistema de incentivos?!

Pelo amor de Deus!

Se há uma hierarquização e uma pontuação, embora esteja feita de forma errada, a meu ver, não é assim que as coisas funcionam. Isto é gorar as expectativas dos empresários.

Deputado Jorge Macedo e António Marinho (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou voltar a explicar aquilo que disse. Vou repetir-me como penso que os Deputados da bancada do Partido Social Democrata estão-se a repetir.

Meus amigos, existem decretos regulamentares que especificam as taxas e as intensidades dos diversos sistemas de incentivos para as diferentes áreas. Foi assim que foi definido no decreto legislativo regional.

Eu estou democraticamente a seguir aquilo que foi aprovado nesta Assembleia Legislativa Regional. Estou cumprindo a lei. Ponto parágrafo final sobre esse assunto.

Em relação aos decretos regulamentares todos eles foram discutidos com as associações empresariais. Todos eles são públicos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Agora vão surgir duas formulações do SIDEL e do SIDET. Já, o Sr. Deputado Pedro Gomes vai ver o que é que nos considerámos pôr no apoio à coesão.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu leio o Jornal Oficial. Quando sair vou ver!

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas por que é que não diz aqui, já?

O Orador: Sra. Deputada, eu posso ler um decreto que tem várias páginas, com os incentivos acima, taxa de ocupação a baixo. Eu posso já explicar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Temos todo o tempo do mundo!

O Orador: Eu também.

Todos nós temos o tempo do mundo. Eu tenho todo o tempo do mundo e tenho todo o gosto em lhe explicar no caso do SIDEL, do SIDET, na majoração que está para as ilhas das Flores, Corvo, Graciosa, São Jorge, de 50% de intensidade a mais do que nas outras ilhas.

No caso do SIDEL estamos a definir não haver fases para essas ilhas.

Portanto, há um conjunto muito vasto de regulamentação que está lá definida.

Daqui a uma semana os senhores podem verificar aquilo que foi publicado, discutido com as associações empresariais. Dialogámos com elas, chegámos a consenso e aprovámos dentro da legislação que existe neste momento aprovada. Nós estamos a seguir as regras aprovadas por esta Assembleia Legislativa Regional.

O que nós estamos a fazer neste momento é colocar dentro do Decreto Legislativo Regional duas áreas importantes, uma na área da animação turística e outra na área da saúde. Basicamente é isto e estamos a alterar também o sentido de projectos estratégicos que não tenham um limite de 5 milhões de euros para que passem a ter um limite flexível, dependente de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

cada caso. Se for para os lares de idosos terá um determinado limite, se for para as creches e infantários terá outro limite, se for para os campos de golfe terá outro limite, se for para os hotéis com aproveitamento de recursos geotérmicos terá também um limite. Portanto, depende caso a caso.

Não faz sentido esta Assembleia Legislativa Regional deixar de se pronunciar sobre taxas, intensidades, modelações. Isto não é feito nem na Madeira, nem no Continente.

O SIDEL é uma cópia específica, com a devida atenção, com o diálogo que fizemos com as câmaras de comércio, com as associações empresariais, daquilo que foi feito a nível nacional e que na Madeira tem outro nome.

Deputado António Marinho (PSD): E entende que aqui nós não devemos ter conhecimento!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Nós achamos que esta Assembleia Legislativa Regional deve-se pronunciar sobre um diploma mais genérico que permita estabelecer as bases do que é mais específico, que vai ser regulamentado por decreto regulamentar.

Isto foi aprovado assim por todos. Os senhores não concordam, paciência!

Dentro um ano e meio vamos ter novos sistemas de incentivos provavelmente com nova filosofia e os senhores vão pronunciar-se outra vez.

Nós aprovámos isso quando não tínhamos maioria nesta Assembleia. Todos conseguiram chegar ao consenso que era assim que se devia fazer.

Eu estou a seguir esta filosofia, estou a cumprir a legislação em vigor.

Penso que antes de um ano e meio, antes de acabar este sistema de incentivos, não se deve alterar esta filosofia. Não devo fazer de um decreto legislativo regional um decreto legislativo que tenha também todos os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

regulamentos necessários para se perceber ao pormenor e ao detalhe o que é que um empresário deve concorrer, como deve concorrer e qual o incentivo que vai ter. É isso que está aqui em causa. Eu já vos expliquei e vou voltar a explicar.

As medidas da coesão estão inseridas nos decretos regulamentares porque aí é que se vai modelar a intensidade do incentivo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu até sei por que é que o senhor não nos quer dizer quais são as taxas de incentivo que estão...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não se acomode.

A Oradora: Não sabe? Ah! São tão fáceis!

Deputado Francisco Coelho (PS): Então por que é que pergunta?!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Diga lá!

A Oradora: Eu queria que o Sr. Secretário dissesse aqui quais eram as taxas de incentivo, porque o senhor...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O SIDET, o SIDEPE e o SIDEL. Eu por acaso até sei bastante sobre isso, mas não sei tudo de cor!

Deputado António Marinho (PSD): Sabe. Essa o senhor sabe!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu sei algumas coisas. Não sei tudo!

Deputado António Marinho (PSD): Mas essa sabe de certeza!

A Oradora: E as do SIDEL, sabe?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Do SIDEL sei uma parte!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A Oradora: E poderá me dizer quais são?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não sei... se é jovem, se não é jovem. Depende! É levando o empresário a um gabinete de sistemas de incentivos para ele saber exactamente como é!

A Oradora: Sr. Secretário, o senhor não quer falar aqui das regras dos decretos regulamentares porque não lhe interessa, mas diga isso, senão, teria facultado à Comissão de Economia os Decretos Regulamentares.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São públicos!

A Oradora: Mas por que é que não os facultou à Comissão de Economia?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): A senhora faça um requerimento!

Presidente: Meu senhor e minha senhora, isto está muito engraçado, mas isto não é propriamente uma conversa. Temos que disciplinar isto. Senão, vamos dar uma volta e os senhores ficam a conversar.

A Oradora: O que acontece é que o senhor tem feito um grande alarido à volta do fundo de coesão...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu?! Os senhores é que têm feito!

A Oradora: ... e de tudo o que ele representa.

O que acontece é que vai haver uma discriminação positiva para 5 ilhas, e uma discriminação negativa para as restantes 4 ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Ou seja, as taxas de incentivo são mantidas, tal como elas estavam e baixam para as outras ilhas.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Foi o que aconteceu no Continente!

A Oradora: Mas nós não temos que ser uma cópia do Continente!



Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Está contra isso, é?!

A Oradora: Eu não estou contra. Eu estou contra o show-off que é feito à volta de algo que não é o esforço da Região. Não é feito um esforço da Região nesse sentido. Isso não aparece. Isso não é discutido aqui, mas teria que ser discutido.

Gostava de lhe fazer mais uma pergunta:

Qual é o seu entendimento e como é que vai interligar os benefícios e essa falsa discriminação positiva que tanto fala, com os projectos do URBCOM?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é falsa!

A Oradora: Refiro-me aos dois projectos que estão aprovados neste momento para as Ilhas de Santa Maria e Graciosa e penso que deve estar também aprovado o da Madalena, na Ilha do Pico.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já está aprovado!

A Oradora: O que é que acontece?

As taxas são diferentes e são menores. Não acha que vai pôr em causa essas aprovações? Não vai fazer uma ligação entre os dois sistemas de incentivos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confundir o URBCOM não tem nada a ver com isso.

Deputada Carla Bretão (PSD): Acha que não?!

O Orador: Eu vou explicar:

Qualquer alteração semelhante àquela que se fez com o SIDEPA para premiar o URBCOM, como pretendia a Câmara de Comércio de Angra do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Heroísmo, faria com que os empresários durante 3 ou 4 meses não pudessem concorrer imediatamente.

Daqui a uma semana quando estiver publicado o SIDEL, todos os empresários do Corvo, das Flores, da Graciosa, de São Jorge e de Santa Maria podem concorrer imediatamente. Isso é um privilégio muito grande.

Santa Maria por já ter no Sistema de Incentivos do SIDER uma discriminação positiva, teve excelentes projectos aprovados no SIDEL.

O URBCOM levou muito tempo, porque o Governo da República da responsabilidade do PSD anunciou 3 milhões de contos e andou durante 3 anos sem saber se eram aprovados ou não. As pessoas que entregaram os projectos, viram-nos aprovados no SIDEL.

Hoje, tanto Santa Maria como a Graciosa têm dificuldades em encontrar o número mínimo de empresários para concorrer.

No caso da Madalena do Pico, eu estive anteontem com os empresários na Madalena. Eles vão concorrer porque não há diferença nenhuma. Todos vão concorrer.

As pessoas que não concorreram em Santa Maria e na Graciosa vão concorrer no SIDEL, porque na próxima semana, mal tenham 50 pontos, será aceite o projecto.

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas isso prejudica a filosofia do URBCOM!

O Orador: Minha senhora, o URBCOM tem a falência à vista. Nós sabemos o que é que está no URBCOM.

O facto de ter tido 3 milhões de contos apenas para o país inteiro fez com que dos 8 projectos que nós candidatámos (Rabo de Peixe, Maia, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa, Velas, Calheta, Madalena e Vila do Porto) apenas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Vila do Porto, Madalena e Santa Cruz da Graciosa, fossem aprovados, passados 3 anos. É muito pouco.

Neste momento não vale a pena o trabalho que vamos ter de notificar a comunidade para alteração de um sistema de incentivos que teria que acumular com o URBCOM um prémio especial.

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas o próprio já faz parte do prémio.

O Orador: Não é a mesma coisa, minha senhora. São coisas completamente diferentes.

Eu vou explicar-lhe porque estou por dentro disto.

Eu estive na notificação do SIME para que o SIDEPE fosse aprovado. Levou muito tempo a explicar à comunidade.

O URBCOM é uma situação pontual que nestas duas ilhas pode ter interesse, mas não há garantia que nelas haja um número de empresários suficiente para que ele seja aprovado neste momento, mesmo que haja prémio.

Portanto, não vale a pena perder aquilo que os empresários precisam, que é ter um sistema de incentivos imediatamente pronto para eles caminharem.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Não está a perder nada!

O Orador: É isso que a senhora não percebe.

Se na Vila do Porto, na próxima semana, houver um sistema de incentivos que as pessoas se possam socorrer, vão imediatamente socorrer-se.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Exactamente e está a ficar curto!

O Orador: O URBCOM neste momento tem tão poucas candidaturas. Nunca vai atingir aquilo que era preciso, que são os 50%. Talvez não atinja, mas se atingir, vamos estar cá para ver.

A questão é esta:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Quem, pela primeira vez, na Região, utilizou o sistema de prémios em relação aos sistemas de incentivos nacionais fomos nós. Foi a Secretaria Regional da Economia que lutou para que isso acontecesse.

Não o faz agora porque sabe que o esforço não compensa aquilo que vamos fazer. Vamos perder demasiado tempo, vamos fazer com que os empresários de Santa Maria e da Graciosa não possam ter acesso durante 3 ou 4 meses aos novos sistemas de incentivos que estão prontos para os receber, porque nós vamos tentar que a Comunidade Europeia nos deixe fazer, pelo menos de um sistema de incentivos nacional, um regional, que não é exactamente a mesma coisa que o SIDET. Terá que ter uma notificação diferente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Economia com a sua filosofia não convence ninguém. Por isso mesmo não nos sentimos habilitados a voltar a passar um cheque em branco para o senhor fazer o que desejar. Por isso, nada mais tenho a dizer sobre isso, porque acho que a falta de transparência e de critérios é aqui bem patente.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou insistir apenas, para sublinhar, numa nota que me parece particularmente importante.

Depois da argumentação por nós aduzida e perante o silêncio do Sr. Secretário Regional – perdoe-me que lhe diga – relativamente às questões



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

concretas que lhe foram colocadas, que me parecem obviamente relevantes, fica-me uma enorme perplexidade. É que a própria comunicação social aqui presente deve estar angustiadíssima para noticiar amanhã o sentido das alterações constantes desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por uma razão muito simples. Porque há uma pergunta que vão fazer para a qual não têm resposta. Qual é a política de fomento do investimento privado na área do turismo? Qual é a política de fomento do investimento privado na área do comércio? Qual é a política de fomento do investimento privado na área da indústria? Não há resposta, pura e simplesmente.

Este SIDER e esta proposta que V. Exas. apresentam a esta Assembleia não dá essa resposta. Nem sequer diz qual é o universo potencial dos beneficiários do sistema. Ou seja, quando um sistema de incentivos não dá a resposta básica de dizer quais são as opções estratégicas e as prioridades de investimento do Governo Regional, então, perdoe-me que lhe diga, não é um verdadeiro sistema de incentivos.

Basicamente o que V. Exas. estão a fazer é a aprovar um sistema de incentivos por decreto regulamentar regional, apresentando esta proposta para garantir a legalidade formal do sistema no seu conjunto e mais nada. É basicamente isto que V. Exas. estão a fazer. É um verdadeiro simulacro.

Por fim, apenas por descargo de consciência, eu permitia-me insistir de novo junto do Sr. Secretário Regional e fazer mais uma “provocação positiva” para que indique, a título de exemplo (ao menos neste caso), as prioridades de investimento ao nível das tipologias turísticas da oferta turística hoteleira e tente fundamentar as opções tipológicas que V. Exa. tanto defendeu nos últimos tempos.

Parece-me a questão central das alterações que vão acontecer ao nível do SIDET, a apologia da hotelaria de 5 estrelas, o princípio travão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

relativamente às outras tipologias, a integração de ilhas como o Faial e o Pico no grupo constituído também pela Terceira e por São Miguel, para esse efeito, que é, do meu ponto de vista, inconsistente e carece de fundamentação.

Ao menos a este desafio, Sr. Secretário Regional, eu gostaria, sinceramente, que desta vez não se furtasse, porque até agora, e com todo o respeito, às questões essenciais e conceptuais que foram levantadas sobre turismo nesta Casa, V. Exa. ainda não respondeu a uma única para amostra. Começo a ficar, sinceramente, preocupado, porque de cada vez que eu, pessoalmente, emito um juízo crítico, como acontece neste caso sobre as opções estratégicas em matéria da política de incentivos em turismo, procuro fundamentar, digo porquê. Admito estar certo ou errado, Sr. Secretário Regional, mas não me limito a criticar sem expender a devida argumentação.

O problema é que do lado do Governo ou da bancada do PS ainda não vi contra-argumentação. Estou à espera e vou ficar à espera mais uma vez. Espero que não seja em vão.

Obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alberto Pereira julga que é o pensador do turismo, o teórico do turismo, é o único que sabe de turismo nesta terra, é o homem que tem a estratégia da política do turismo. O seu problema é só este.

Tem um pecado original. O seu pecado original é já ter passado pelo turismo e a gente já ter visto o que o senhor fez.



Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez?! Isso é resposta!

O Orador: Eu não sei nada de turismo. Aprendi durante muitos anos. Já estou aqui há 8 anos, já conversei com muita gente, já falei com muita gente e tenho feito um diálogo com os empresários.

Fomos nós que criámos a Associação de Turismo dos Açores. Fomos nós que dialogámos com eles.

Os sistemas de incentivos regulamentados nos decretos regulamentares estão de acordo com as Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores, com as associações empresariais e resultam de um consenso alargado feito com esta gente.

Nós dissemos claramente no nosso manifesto eleitoral e no nosso programa do Governo que íamos apoiar hotéis de 4 e 5 estrelas nas ilhas tais, tais e tais. E dissemos que nas ilhas tais íamos aprovar hotéis de 3 estrelas também, porque eram necessários. Definimos isso claramente, não escondemos e está escrito.

O senhor vá à procura dos decretos regulamentares e vai verificar exactamente aquilo que está dito.

O senhor tem um problema. O senhor está contra o seu partido que no ano de 2000 apoiou este decreto legislativo regional. Esta foi a filosofia apoiada em 2000.

Vou repetir outra vez: os sistemas de incentivos devem ser previsíveis e estáveis. Não devemos alterar no final de um mandato a filosofia de um sistema de incentivos.

O senhor quer transformar um decreto legislativo regional num decreto regulamentar. Nós não concordamos com isso. A nossa teoria não é esta.

Os empresários sabem com o que é que contam, sabem quais são os incentivos que vão ter, não há qualquer problema, não há qualquer rotura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

no sistema de incentivos. Eles estão a par das modificações que estamos a fazer, que são pequenas. Nós somos apoiantes das pequenas alterações. Não queremos grandes reformas.

Vamos fazer no tempo exacto que vai ser 2006 e 2007, na altura que vamos ter mais conhecimento sobre os sistemas de incentivos nacionais e sobre o que vai acontecer a nível dos fundos estruturais.

Neste momento, temos um sistema de incentivos que está a funcionar, que tem uma determinada filosofia. Vamos alargar apenas o âmbito das CAES de apoio aos diversos operadores, aos diversos empresários que querem concorrer aos sistemas de incentivos.

Não vamos alterar a filosofia. Pequenas modificações de acordo com aquilo que nós definimos e defendemos perante o eleitorado.

Muito obrigado.

Presidente: Meus senhores, parece que não há mais intervenções.

Vamos votar na generalidade esta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar à especialidade. Para a especialidade temos propostas de alteração da Comissão que são subscritas pelo Partido Socialista de acordo com um documento que entregou na mesa.

A votação será feita da seguinte forma: vou pôr à votação o artigo 1º e ao votar o artigo 1º considera-se que está tudo incluído.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do artigo 1º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se nesta proposta de diploma exactamente, e logo por natureza, porque a abstenção é um sentido de voto legal, regimental e possível, para que fique claro, porque parece que há algumas mentes mais distraídas que não entendem assim.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Como ficou aqui clarificado durante todo este debate, a generalidade das propostas em causa, remetendo para regulamentação, não definem, como entendemos que deveria acontecer, os vectores estratégicos das prioridades de desenvolvimento da Região. Com isto não fica claro nesta Assembleia, no âmbito das suas competências legislativas, os critérios numa aposta clara em sectores de investimento, isto é, e porque os senhores se incomodaram muito com a expressão do cheque em branco, a mesma coisa que dar um cartão de crédito para a mão de alguém sem nenhuma restrição. É isto que o Grupo Parlamentar do PSD não quis mais uma vez fazer, conforme fez em 2000 quando aprovou este diploma, porque na altura estava-se no início de um processo novo. Então o PSD entendeu dar um voto de confiança, conforme está claro pelos registos que estão nesta Assembleia.

Neste momento, e perante aquilo que se passou durante todos estes anos, o PSD entende que não deve dar mais esta oportunidade, porque aquilo que se passou até agora não merece a nossa aprovação. É este o nosso sentido de voto e é isto que é preciso que fique claro, porque o Governo criou expectativas no novo regime de incentivos, no novo sistema de incentivos.

Entendemos que esta seria uma oportunidade para confirmar essas expectativas. O que é certo é que as expectativas saíram goradas porque nada mais se fez do que acrescentar um pouco mais daquilo que já se tinha feito.

Na nossa opinião isso não é suficiente.

O PSD obviamente que não está contra os apoios dos incentivos aos nossos empresários, mas o que é certo é que não entendemos como é que o PS vota contra a Proposta de Resolução sobre a “Organização Mundial de Comércio”, porque entende que não deve ser a Assembleia a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

governamentalizar os Açores. O que é certo é que a vossa opção agora está a fazer com que o Governo legisle e usurpe as funções próprias desta Assembleia.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isto claramente não merece a nossa aprovação e como dizia se merece a nossa aprovação, os incentivos e os apoios aos empresários de forma lógica, coerente, consistente e sobretudo transparente, não merece a nossa aprovação que se tire a esta Assembleia os poderes que ela tem e que são os poderes que os Açorianos nos deram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Curiosa situação esta que leva o PSD a abster-se por falta de coragem relativamente a um diploma com o qual não concorda!

Curiosa situação esta que leva o PSD a ter tantas dúvidas que, como vimos, nos pareceres dos parceiros sociais não são por estes partilhadas!

Nós aprovamos este diploma, votámos favoravelmente este documento, porque se trata de facto de um pequeno mas importante ajustamento num instrumentos fundamental de enquadramento e porque sendo um documento enquadrador cabe a esta Assembleia aprová-lo.

Temos que reconhecer que o Governo tem competências próprias, o que não tivemos nos momentos históricos de ditaduras fomentadas ou exercidas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

a partir das Assembleias. Não reconheço que em nenhum momento histórico isso aconteceu na Região, mas aconteceu em outros momentos históricos, em outros locais.

Nós não vivemos nesses momentos históricos. Portanto, o Governo tem competências próprias.

Cabe-nos a nós definir as linhas gerais do documento orientador, cabe ao Governo particularizar e adequar essa particularização às realidades sócio-económicas das nossas ilhas.

Votámos este documento, porque, Sr. Deputado António Marinho, nesta bancada mandamos nós!

Votámos favoravelmente este documento, Srs. Deputados, porque nós trabalhamos para dignificar o trabalho desta Assembleia, assim pudéssemos contar também com o vosso esforço e colaboração!

Votámos favoravelmente este documento, porque reconhecemos o enorme êxito que tem sido a política que nesta área foi implementada pelos sucessivos governos regionais do Partido Socialista e pelo Sr. Secretário e porque entendemos que este é o caminho a seguir e não compreenderíamos, tal como o Sr. Secretário, e muito bem, não compreende, que na fase final de um Quadro Comunitário de Apoio tivéssemos a fazer aqui alterações profundas e desenquadradoras de tudo o que se tem passado até agora.

Votámos com a garantia que nos é dada pelo dia-a-dia, pelo desenvolvimento económico que a Região tem tido nos últimos anos, de que assim continuará ser o caminho e que o desenvolvimento continuará a ser o percurso que continuaremos a fazer, no seguimento daquilo que temos feito desde que somos governo nesta Região.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)